

Desafogo à vista

Economia - Brasil

31 AGO 1984

Uma expectativa de melhora geral no desempenho da economia, já a partir deste segundo semestre, ultrapassa os limites de previsões otimistas para sustentar-se em decisões concretas. É esta possibilidade real que está animando os setores produtivos a operarem com maior desenvoltura, principalmente quanto ao aumento dos investimentos nas atividades geradoras de riquezas e consequente retração de aplicações nos mercados especulativos de capitais.

Em decorrência do recente acerto com o Fundo Monetário Internacional não só se tornaram viáveis medidas mais amplas de estímulos à expansão da economia como a criação de disponibilidades subsidiárias para a promoção do desenvolvimento. O aumento da arrecadação, combinado com a drástica contenção dos gastos públicos, vai permitir a transferência do Orçamento Fiscal para o Orçamento Monetário de cifra equivalente a Cr\$ 2 trilhões.

Está-se, por consequência, diante de um desafogo concreto das disponibilidades públicas para os investimentos. E isto se dá sem necessidade de expansão imoderada da base monetária, que deverá ficar contida em 95% até o final do exercício, conforme o ajuste celebrado com o FMI. Em relação a este último aspecto, é de ressaltar-se que as restrições às emissões forçadas reduzirá a atuação de um dos mais ativos

agentes de realimentação inflacionária.

É possível esperar-se, em razão dessa benéfica conspiração dos fatores econômicos, impulso razoável ao desempenho da economia e sob condições mais sólidas, em consequência dos mecanismos de repressão inflacionária embutidos nos próprios termos da reordenação econômica. Não é por outra razão que as autoridades da área financeira estimam que o Produto Interno Bruto deverá crescer este ano em torno de dois por cento. É este, pelo menos, o cálculo feito pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, secundado pelas previsões publicadas sob responsabilidade das principais instituições de organização da atividade econômica.

As severas restrições aos gastos públicos conduzirão à diminuição das pressões altistas sobre os juros, uma vez que o Governo não necessitará lançar soma considerável de títulos para subsidiar o seu Orçamento Monetário. E, em consequência, prevê-se que não haverá menores disponibilidades de crédito para o setor privado e não seria exagerado aguardar-se queda razoável nas taxas de juros.

Por efeito conjunto dessas diretrizes, que, eventualmente, poderão ser complementadas com a ampliação das faixas de reajuste salarial, os níveis de consumo de bens duráveis deverão aumentar para além das taxas vegetativas. Contribuirá também para a consumação desse objetivo a deci-

são do Governo de reduzir, por meio da concessão de bônus especial, os valores reais de amortização da casa própria. A expansão do consumo terá a função essencial de reativar parte da capacidade ociosa das empresas, com reflexos no aumento da oferta de empregos.

Não se trata de pintar um painel colorido da realidade, quando as tonalidades desta sugerem um amplo desenho de cambiantes negras. O País ainda se encontra a distâncias consideráveis do leito de estabilidade econômica. E o restabelecimento de razoável grau de sobrevivência para a maioria do povo brasileiro dependerá ainda de outras e mais profundas medidas de alteração da estrutura social, só possíveis de adoção na vigência de uma conjuntura mais favorável.

Mas há razões para acreditar-se que a situação tende a melhorar, quer no sentido do desatamento dos laços que estrangulam o desenvolvimento nacional, quer na direção do aumento das taxas de bem-estar social. De outro modo não teriam sentido as provisões impopulares tomadas pelo Governo, os sacrifícios que elas têm imposto à sociedade e às perturbações que vêm causando nas relações sociais. E são essas diretrizes que, já agora, estão proporcionando atmosfera de confiança e desafogo, como demonstram o comportamento da economia no primeiro semestre deste ano e as perspectivas alvíssareiras que lhe estão sendo abertas no momento.